



Proposição: PEDIF - PEDIDO DE INFORMAÇÃO
Número: 000016/2026

APROVADO
Em: 02/02/2026

José Márcio Lopes Guedes
PRESIDENTE

**Sr. Presidente,
Sras. Vereadoras,
Srs. Vereadores.**

Nos termos regimentais, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que solicite à Exma. Prefeita Municipal de Juiz de Fora as seguintes informações:

Referente às seguintes leis de minha autoria:

Leis nº:

14524/2022
14.320/2021
14.555/2023
14.295/2021
14.367/2022
14.370/2022
14.406/2022
14.368/2022
14.369/2022
14.371/2022
14.431/2022
14.481/2022
14.488/2022
14.624/2023
14.651/2023
14.820/2024
15.092/2025
14.705/2023
15.164/2025
15.304/2026

Peço as seguintes informações:

1. A lei encontra-se regulamentada?
 - a) Em caso positivo, informar o número do decreto ou ato normativo correspondente, bem como a data de sua publicação;
 - b) Em caso negativo, justificar a ausência de regulamentação e informar se há previsão de prazo para sua edição.
2. A referida lei está sendo efetivamente aplicada no âmbito do Município de Juiz de Fora?
 - a) Em caso positivo, informar desde quando;



b) Em caso negativo, esclarecer os motivos.

3. Quais Secretarias, órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal são responsáveis pela execução e fiscalização da referida lei?

4. Quais ações, programas, campanhas, procedimentos administrativos ou medidas concretas foram adotadas para garantir o cumprimento da lei desde a sua entrada em vigor?

5. Houve previsão orçamentária específica para a execução da lei?

a) Informar os valores previstos, empenhados e efetivamente executados, discriminados por exercício financeiro e por secretaria responsável.

6. Existem relatórios, dados estatísticos, indicadores de desempenho ou documentos oficiais que demonstrem os resultados obtidos com a aplicação da lei?

Em caso afirmativo, encaminhar cópia.

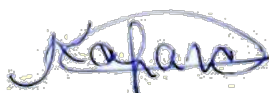
7. Quais dificuldades de ordem técnica, administrativa, financeira ou operacional foram identificadas pelo Poder Executivo para o cumprimento integral da norma?

8. Quais providências estão sendo adotadas ou planejadas pela Administração Municipal para assegurar a plena efetividade da lei?

Justificativa:

O presente requerimento tem por objetivo exercer o dever de fiscalização do Poder Legislativo, verificando a efetiva aplicação das leis municipais aprovadas por esta Casa, em observância ao interesse público e à transparência administrativa.

Palácio Barbosa Lima, 2 de fevereiro de 2026.



Kátia Aparecida Franco
Vereadora Kátia Franco - PSB

